

O MEU LEMBRAR PELOS MEUS DIREITOS MEMÓRIA E DIREITO À CIDADE EM UMA FAVELA DO RIO DE JANEIRO

MY MEMORY FOR MY RIGHTS MEMORY AND THE RIGHT TO THE CITY IN A SLUM IN RIO DE JANEIRO

MAURO AMOROSO*

RESUMO

O artigo objetiva analisar o Projeto Condutores de Memória, realizado entre os anos de 1999 e 2006 no Morro do Borel, e algumas favelas do entorno, no Rio de Janeiro. Através do resgate da memória a iniciativa visava construir representações positivas sobre o morador desses espaços, como contraponto às imagens correntes ligadas ao tráfico de drogas e violência urbana. Estas tornaram-se, ao longo dos anos, empecilhos ao direito à cidade e acesso às benesses do espaço urbano, tornando profícuo o entendimento de como a mobilização de moradores de favelas tentou reverter tal quadro, dentre outras iniciativas, através de projetos similares.

PALAVRAS-CHAVE: Memória, Favelas, Rio de Janeiro.

ABSTRACT

The article aims to analyze the Conductors Memory Project, conducted between 1999 and 2006 in the Morro do Borel, and some of the surrounding slums in Rio de Janeiro. Through the recovery of memory initiative aimed at building positive representations about the inhabitant of these spaces, as opposed to current images related to the trafficking of drugs and urban violence. These have become, over the years, impediments to the right to the city and access to the largesse of urban space, making fruitful understanding of how the mobilization of slum dwellers tried to reverse this situation, among other initiatives, through similar projects.

KEYWORDS: Memory, Slums, Rio de Janeiro.

Quando pensamos nas favelas do Rio de Janeiro, uma gama de representações nos vem à mente. Nas últimas décadas, essas representações não têm sido muito relacionadas à ideia de solidariedade e uso democrático do espaço urbano, a exemplo da célebre imagem da “cidade partida”, cunhada pelo jornalista Zuenir Ventura.¹ Essa imagem tem dominado o imaginário, local, nacional e internacional, da relação dessa cidade com suas favelas, sobretudo a partir dos anos 1990.

Essa época pode ser caracterizada por uma construção de representações específicas da cidade, outrora “maravilhosa”, como espaço da violência. Basta lembrarmos das chacinas da Candelária² e de Vigário Geral,³ ambas ocorridas em 1993. Nos meios de comunicação e em certos setores da sociedade começou a ecoar uma imagem que relacionava as favelas à origem da violência armada e do tráfico de drogas, atualizando o mito das classes perigosas, que no Rio de Janeiro do século XX sempre teve esse tipo de habitação popular um fértil terreno de crescimento.

Porém, esse quadro é permeado por uma grande batalha no campo dos significados. É possível notar uma série de iniciativas que visava problematizar, quando não reverter, os significados das favelas e a relação de seus moradores com o espaço urbano. Esses atos discursivos possuíam, e ainda possuem, um caráter eminentemente político, pois trata de tentar transpor as barreiras simbólicas que “partem” a cidade, possibilitando que a parcela de sua população que ocupa seus morros e habitações informais tenha acesso aos serviços e benesses da infraestrutura urbana.

Desse modo, o presente artigo tem por objetivo analisar o Projeto Condutores de Memória, iniciado na favela do Borel⁴ e depois executado

em favelas vizinhas, entre os anos de 1999 e 2006.⁵ O projeto foi fruto de uma parceria de moradores locais com o chamado Terceiro Setor.⁶ Pretendeu usar a memória local, tanto sua tomada através de depoimentos e de documentos pessoais quanto sua transmissão e preservação de seus ítems materiais, como um instrumento de problematizar e propor alternativas às representações das favelas e de seus moradores como agentes da violência impedidores de padrões de sociabilidade positiva. Ou seja, teve o objetivo de construir pontes entre diferentes grupos sociais através do estímulo ao debate àquela tem sido um dos principais empecilhos do morador dos espaços em questão ao alcance, alcance esse tão problemático na sociedade brasileira, e total fruição de um universo de direito: a associação automática com a violência urbana.

O Borel, a violência urbana no pós-1980 e o Terceiro Setor

Deve-se ter em mente que a criminalidade, em suas diversas vertentes, sempre foi um foco de preocupação das cidades, e, no Rio de Janeiro, em diferentes momentos históricos, foi associada às favelas, sendo pensada através de distintos olhares e possibilidades de solução. No entanto, a década de 1970 deve ser pensada como o início de um recorte histórico específico para se refletir sobre um modelo de atuação do crime, bem como o momento no qual a sociedade, não apenas no Rio de Janeiro, passou a significar a questão e a relacioná-la com espaços de habitação popular de um novo modo. Nos anos 1980, no Borel, assim como em outras favelas, podemos notar a consolidação de um quadro, gestado na década anterior, no qual a utilização da violência, por diferentes atores

sociais, tem como consequência um impacto profundo nos padrões internos de relacionamentos sociais desses espaços.⁷

Roberto Ramos,⁸ chega a mencionar conflitos no final dos anos 1970, porém, dentro de uma lógica de disputas individuais, e não por tomadas de pontos de venda de drogas, ou configuração semelhante:

Eu me lembro que, em 1978, o Deco, um garoto que resolveu cismar, tinha lá uma armazinha, uma arma alemã, garrucha, sei lá, cismou de matar o Luneta.⁹ Foi lá e deu um teco e errou, e o Luneta já estava com aquela, como se chama? Escopeta. Ele deu um tirinho e saiu correndo, e o Luneta, pimba!, matou o Deco na porta da igreja, da capelinha. Foi um acontecimento, escopeta (...)

Pode se chamar atenção para o fato de que um assassinato cometido em frente a um lugar de considerável frequência, a igreja, com uma arma de maior calibre, a escopeta, configure um evento incomum, a ponto de se tornar um “acontecimento”, segundo a memória do depoente. Nada impede que o confronto entre Deco e Luneta tenha ocorrido dentro da lógica da venda de drogas, mas a lembrança de Ramos lhe dá o significado de um “cisma”, o que marcaria a diferença com o quadro atual de frequência de confrontos armados e de como os moradores precisam estabelecer estratégias para construir padrões de rotina que levem em consideração essa mesma frequência.¹⁰

O mesmo depoente chega a citar as primeiras disputas nas quais as menções a pontos de venda de drogas, as chamadas “bocas de fumo”, aparecem em sua narrativa de memória:¹¹

“Um dia estou eu, naquela época as coisas estavam meio tensas, eu e Ivanzinho,¹² quando a gente está descendo (o morro), portanto isso já em 1980, o Deco tinha ameaçado, dado uns tiros lá embaixo, porque ele tinha uma rivalidade na boca antiga embaixo, porque os garotos fizeram uma boca na Chácara, no Terreirão,¹³ em cima, antiga,

percebe? Tudo... Porque o Luneta era uma boca só, ainda tinha Virada Cruz, a Casa Branca não tinha nada, a Formiga não tinha uma proliferação, virou um... Agora, o Deco tinha dado uma geral no bar, esqueci o nome, quando você entra à direita, tinha um bar ali, e quando eu estou descendo, 'pow', eu e Ivanzinho corremos, entramos em um bequinho assim, e a gente ainda ouve: 'Estão correndo de que, seus bundões?' Como assim, caramba, e ele passou batido subindo com a arma na mão, ele e mais dois caras... E dias depois o garoto morre lá, quer dizer, essas experiências”.

Desse modo, temos o princípio de uma nova configuração do tráfico local, dentro dos moldes gerais dessa atividade descritos por Kant de Lima, Misse e Miranda,¹⁴ envolvendo o aumento da violência, uso de armas de alto calibre, dentre outras configurações. É preciso ter em mente que a presença dos grupos de traficantes afetou padrões de sociabilidade locais, bem como representações socialmente construídas e veiculadas sobre a favela do Borel, assim como outras, devendo-se ter consciência de que, no caso de seus moradores, há a agravante da convivência próxima com as quadrilhas, o que os torna mais suscetíveis às consequências da atuação dos traficantes.¹⁵

Ainda com relação ao Borel, a configuração do quadro de violência a partir do final dos anos 1970 tem como consequências uma nova significação para as divisões internas da própria favela, além de seu relacionamento com as vizinhas, devido a rivalidades e disputas entre quadrilhas rivais.¹⁶ A partir desse período, começa-se a falar em divisões mais sólidas entre as favelas do Borel, Chácara do Céu e Casa Branca.¹⁷ Segundo Ruth Barros:¹⁸

Começou no início da década de 1980, começaram todas essas coisas de separar. Chácara é uma coisa, Borel é outra, de guerra do tráfico. Começou na época, porque antes não tinha, antes se andava livremente, você ia na Chácara do Céu, subia, você andava (...)

Porém, essa divisão não se limitava a diferentes favelas, podendo afetar sub-regiões do próprio Borel:¹⁹

Eu me lembro da divisão clara entre Terreirão e Barranco.²⁰ Porque Terreirão era um grupo e Barranco era outro. E engraçado que até hoje os moradores do Terreirão e do Barranco não são muito próximos. (...) a turma do Barranco e a turma do Terreirão. Essa coisa você tinha... Aí o Isaías unifica o morro, né?, com a morte do Bombinha, e o Isaías é meio que um Gengis Khan que unifica (...). Eu vinha muito na Casa Branca, pegar doce de Cosme e Damião, a pedreira era uma coisa que ficava muito na cabeça na infância. Cosme e Damião, a gente vinha pra cá. Subia, era muito engraçado, né? E aí começa essa coisa e a gente não vem... Aí chega o Isaías com a guerra com a Casa Branca e a coisa fica mais feia. Aí começa realmente a ter guerra, aquela coisa da polícia mesmo.

O Isaías a quem se refere a depoente é Isaías da Costa Rodrigues, conhecido como Isaías do Borel, um dos mais antigos traficantes ainda vivos de sua geração. Seu domínio sobre o tráfico do morro teria se iniciado em 1981, e sua quadrilha também teria realizado assaltos a mansões no Alto da Boa Vista, bairro localizado no topo do maciço da Tijuca.²¹ Sua descrição no depoimento anteriormente citado, como um “Gengis Khan que unifica o morro”, exemplifica o sentido investido em sua figura como um chefe militar conquistador que inauguraria uma nova era para o tráfico do Borel.²²

Desde a década de 1980, é possível encontrar representações na mídia específicas sobre a atuação de Isaías da Costa Rodrigues. Dessa época, datam reportagens que afirmam:²³

Oficiais do comando do 6º BPM, na Tijuca, acreditam que o morro do Borel poderá se transformar numa réplica minúscula de pequenas cidades colombianas dominadas pelo Cartel de Medellín (...) os

traficantes liderados por Isaías Rodrigues da Costa (*sic*) já dispõem de organização tão poderosa que até prestam assessoria ou fazem segurança das bocas de fumo de outros morros da região.

Na outra reportagem, já citada, notam-se novas cores ao quadro descrito:²⁴

O poderio de Isaías é grande, conforme foi levantado pela P2. Ele mantém um exército de 150 homens no mínimo, que o auxilia no patrulhamento do morro e na distribuição da droga (...). O exército dispõe de uniforme, roupa de camuflagem, à semelhança das Forças Armadas, e de armamentos pesados, como lança-granadas, fuzis importados FAL em grande quantidade.

A dramaticidade da situação colocada pelo periódico analisado teria provocado a declaração do então governador em exercício, Wellington Moreira Franco (1987-1991), deixando claro que o governo estadual “não irá permitir que o Borel seja uma nova Medellín”.²⁵

Ao analisarmos essas imagens, é possível perceber a construção de representações sobre o tráfico que o configuram como um poder armado fortemente estabilizado e fortalecido. A quadrilha comandada por Isaías possuiria, conforme exposto pelas reportagens, um armamento composto por armas importadas, de alto poder de letalidade e de uso das Forças Armadas. A comparação com um grupo paramilitar prossegue, pela descrição das vestimentas adotadas, e sua força chegaria a garantir “consultoria” e “segurança” para a venda de entorpecentes de possíveis aliados. Por último, fica a comparação com uma cidade colombiana cuja atuação de um cartel de drogas foi notória e detentora de redes internacionais de contato. Desse modo, temos um exemplo da forma como era retratada a ação de quadrilhas de traficantes de favelas pela grande imprensa, caracterizada pela socióloga Marcia Leite²⁶ como *metáfora*

da guerra, percepção que poderá ser notada de maneira mais aprofundada nos anos 1990.

Na primeira metade dos anos 1990, temos a realização da Operação Rio²⁷ como um elemento importante para se entender a forma como parte da sociedade associava as favelas à problemática da violência.²⁸ No caso do morro do Borel, a ocupação pelas forças armadas ocorreu no dia 25 de novembro de 1994, quando aproximadamente dois mil homens apoiados por helicópteros, carros de combate e armamento pesado ocuparam a sede da associação de moradores. Foram feitas e tornadas públicas escutas de telefone, bem como foi ocupada a sede da igreja São Sebastião, localizada na favela, além da ocorrência de uma série de denúncias de tortura.²⁹

Os anos 1990 apresentam uma atuação cada vez mais consolidada das quadrilhas de traficantes. Esse convívio, aliado às consequências trazidas pela disputa armada por grupos rivais, afeta padrões de sociabilidade existentes nesses locais, incluindo-se as formas de organização e mobilização. A partir de meados da década de 1980, as associações de moradores de favelas entram em declínio no que diz respeito a sua representatividade e legitimidade como instrumento mobilizatório e de reivindicação, quadro que se acentua nos dez anos seguintes. As ligações desses órgãos com o poder público, incluindo a possibilidade de gestão de verbas, foram um dos fatores que acarretaram tal esvaziamento, sendo, porém, necessário considerar a cada vez mais crescente influência do tráfico sobre os mesmos.³⁰

Esses elementos constroem um quadro de padrões relacionais denominados por Luís Antonio Machado da Silva³¹ de *sociabilidade violenta*,

perceptível nas favelas onde o tráfico de drogas possui uma atuação mais sólida. Esse quadro é caracterizado pelo uso da força como elemento regulador, bem como por uma considerável capacidade de improvisação e de lidar com situações espontâneas, tendo em vista a arbitrariedade dos sujeitos que detêm o elemento de regulação, ou seja, os traficantes. Desse modo, há uma submissão por parte dos moradores de favelas a uma série de situações e normas inconstantes e mutáveis, gerando uma situação de difícil adaptação e, ao mesmo tempo, da qual esses atores não possuem controle.

Diversos aspectos de tal configuração podem ser observados ao se refletir sobre os elementos abordados no que diz respeito aos moradores do Borel, devendo-se acrescentar alguns fatores extras. Primeiramente, é preciso chamar atenção para a barreira simbólica que afeta as favelas, sobre as quais os que vivem no “asfalto” possuem um desconhecimento acerca de sua real complexidade, o que não os impede de tecer significados que associam esses espaços à violência do tráfico, bem como construir considerações de convivência, quando não envolvimento direto, dos moradores dessas áreas com os responsáveis por essa atividade ilícita.³² Desse modo, é possível notar um processo de fragmentação de sentidos sobre o espaço urbano, no qual as favelas são consideradas como “antichidades”, passando a representar áreas concentradoras de todas as mazelas que impedem um convívio social positivo. Essa fragmentação, que pode ser vista como uma *territorialização da cidade*, é um dos fatores que limitam a partilha dos bens que caracterizariam um regime democrático.³³

O caso do Borel, assim como o de outras favelas, não escapa a nenhum desses processos, havendo ainda o modo como essa

configuração afeta percepções locais sobre o espaço e o tempo. Mariana Cavalcanti,³⁴ além de destacar como a ação do tráfico contribui para a construção de novos significados locais sobre o espaço, afirma, igualmente, que essa atuação afeta a forma como os moradores desses espaços lidam com a questão do tempo, passando a se preocupar com elementos como o horário mais frequente dos tiroteios, além de toques de recolher. Sobre a questão relativa aos modos de se perceber e lidar com o tempo, gostaria de sublinhar outro aspecto: a problemática da transmissão da memória. Tendo em vista o fato de esta última possuir um aspecto de construção social coletiva que envolve uma complexa rede de relações de memórias individuais,³⁵ deve-se ter em mente que, quando padrões de sociabilidade e convívio entre indivíduos são afetados, assim também o são as formas de transmissão de memória. Esse quadro, portanto, levantará novas questões e hipóteses sobre estímulos e interesses para a construção de novos suportes materiais, bem como sua utilização política.

O projeto Condutores de Memória: uma forma de intervenção social na Grande Tijuca

Antes de adentrarmos na análise do Projeto Condutores de Memória, é preciso uma breve análise sobre a Agenda Social Rio. Além do debate acerca do tráfico de drogas e as favelas, outra característica marcante do Rio de Janeiro nos anos 1990 foi a consolidação do chamado Terceiro Setor,³⁶ formado por órgãos a exemplo das Organizações Não-Governamentais (ONGs). Essas instituições possuem diversas origens e

focos de atuação, sendo que muitas delas realizam seus projetos em áreas de favelas.³⁷

Paralelamente, em 1996, é lançada a candidatura da cidade do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2004. Diversos debates foram suscitados a partir dessa questão e, dentre eles, gostaria de destacar o que considerava essa candidatura como uma oportunidade de chamar atenção para as mazelas sociais do Rio, criando um compromisso da sociedade em geral com a melhoria da qualidade de vida de todos os seus indivíduos. Assim, surge a Agenda Social Rio, movimento que se articulou como um fórum para agentes de diferentes perfis debaterem e proporem soluções para questões sobre miséria e exclusão de direitos de grande parcela populacional.³⁸ Esse movimento foi idealizado pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho,³⁹ também fundador do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).⁴⁰

O projeto Condutores de Memória foi realizado entre os anos de 1999 e 2006⁴¹ com o objetivo de preservar a memória de moradores de favelas da Grande Tijuca,⁴² através da coleta de depoimentos de moradores antigos e da constituição de um acervo documental. Desse modo, a intenção dos realizadores da proposta era o seguinte:⁴³ “Por meio da memória coletiva desses espaços urbanos, as pessoas que neles moram refazem sua própria trajetória, reelaboram sua experiência de vida e transformam a dura realidade na qual estão inseridas”. Entre os anos de 1999 e 2003, foram realizadas 20 oficinas de memória⁴⁴ nas favelas do Borel, Chácara do Céu, Andaraí, Salgueiro e Formiga, sendo quatro em cada uma. Nos anos restantes do projeto, a equipe se dedicou à realização de palestras, participação em seminários e capacitações. A concepção e a

implementação do projeto foram entremeadas pelos dois panoramas anteriormente mencionados: as consequências da atuação do tráfico e a consolidação da atuação das ONGs, fatores que permearão os objetivos e a metodologia adotados por essa proposta de resgate de memória.

Antes de focar na análise do projeto propriamente dito, gostaria de tecer algumas considerações acerca da Grande Tijuca. Sobre a escolha dessa área para atuação, podemos destacar a opção por certos componentes estratégicos percebidos pela própria Agenda Social. O primeiro a ser destacado é o falecimento de Betinho e a forma como esse ocorrido marca, até hoje, a memória dos envolvidos na iniciativa, como um acontecimento que denotou perda de força e potencial mobilizatório. Outro fator ao qual deve ser dada atenção diz respeito à existência de uma identidade própria no bairro, relativa, sobretudo, à classe média que lá habita. No entanto, essa mesma classe média seria rodeada pelas favelas do local, fato que pode ser compreendido, dentre outras possíveis interpretações subentendidas na fala da depoente que citarei agora, como um objeto de tensão:⁴⁵

(...) porque a gente não teria pernas, recursos financeiros, nem a figura do Betinho, pra mobilizar mídia e todos os atores pra cidade como um todo, então resolveu eger uma parte da cidade. E pelo que consta nos documentos aí, porque eu já não participei disso, mas a escolha da Tijuca se deve primeiro a um lugar do Rio de Janeiro que tem uma concentração de favelas muito grande, em volta de uma classe média, e uma classe média alta, que tem uma coisa assim de bairrismo e de sentimento pelo seu local de moradia muito forte (...)

Porém, é necessário dar a devida atenção à escolha dos bairros que formam o que foi chamado de “Grande Tijuca”. Primeiramente, não existe uma denominação oficial, por parte do poder municipal,

correspondente a essa área. Conforme explicitado pelo próprio movimento, os locais escolhidos constam nos autos oficiais do município do Rio de Janeiro como Regiões Administrativas VIII e IX, parte da área de Planejamento 2.2. No entanto, parece ter sido uma escolha própria reunir esses bairros, que são, de fato, bairros vizinhos e, por isso, compartilham certas semelhanças e relações. Mas é preciso compreender o porquê da opção por esse local de delimitação, tendo em vista o próprio desenvolvimento histórico da região, possuidor de uma série de particularidades. Também não deve ser ignorado que a área demarcada pela Agenda possui, atualmente, 28 favelas, algumas das mais conhecidas do Rio de Janeiro, como Borel, Salgueiro, Morro dos Macacos, dentre outros.

A Agenda Social Rio pretendia a instrumentalização da categoria memória, articulada à categoria espaço, transformada em uma ferramenta para tentar superar as barreiras simbólicas, indicadas pela própria instituição, existentes entre as favelas e as demais áreas dessa região, uma vez que, segundo a visão da Agenda, “a inexistência de um marco legal para a delimitação entre as duas partes distintas do bairro é o fato que fundamenta o discurso da Agenda Social que inclui a favela no bairro”.⁴⁶

Alguns aspectos concernentes às diferentes barreiras simbólicas erguidas entre o morro do Borel e espaços da Tijuca, incluindo favelas vizinhas, dizem respeito às representações construídas em torno da atuação do tráfico de drogas a partir dos anos 1980. Podemos apontar a construção midiática, sob a lógica da *metáfora da guerra*,⁴⁷ da disputa entre quadrilhas e da atuação de Isaías do Borel. Contudo, devemos ter em mente que a atuação do tráfico no local, assim como em outros, trouxe

consequências para os padrões de sociabilidade compartilhados pelos indivíduos que habitam essas áreas em disputa. A partir da percepção da atuação desses grupos ilegais, houve, igualmente, a realização de iniciativas de políticas de segurança pública que reforçam a visão das favelas como “território inimigo”. Muitas vezes, tais políticas desrespeitam, ou contribuem para tal, direitos constitucionalmente assegurados dos habitantes desses espaços.

Devemos atentar para alguns dos caminhos de atuação construída pela Agenda. O primeiro diz respeito ao próprio caráter do movimento, ou seja, sua constituição enquanto fórum, de criar espaços e vínculos entre diferentes atores para o desenvolvimento de projetos distintos, ainda que interligados, dentro de uma proposta de ação. Além disso, podemos observar o intuito de capacitar moradores para que possam atuar como “lideranças” locais, o investimento na temática da educação ambiental, além da realização de encontros voltados “para o resgate da memória”. Esta possui um caráter aglutinador a partir de situações vividas por um grupo, ou transmitidas para membros deste a partir de redes de sociabilidade.⁴⁸

Tal característica, percebida pela Agenda Social, é utilizada como ferramenta no campo das significações entre as diferentes visões concorrentes sobre as favelas e sua relação com o espaço urbano. O objetivo desse uso é, conforme visto, estabelecer laços de convívio social que não excluam ou coloquem empecilhos para a participação dos moradores de favelas nesse mesmo convívio, possibilitando um campo de atuação, através de propostas de intervenção desses mesmos moradores, para o alcance dessa finalidade, sendo essa a função a ser desempenhada

pelo projeto Condutores de Memória, dentre outros ligados à iniciativa, dentro da proposta mais ampla da Agenda Social Rio.

O meu lembrar pelos meus direitos: análise do projeto

A origem do Condutores de Memória se encontra em um curso, realizado em novembro de 1999, organizado pela ONG Gestão Comunitária, uma das componentes da Agenda Social Rio.⁴⁹ O curso se encaixava dentro da proposta da Agenda de “formação de lideranças”, abordando os seguintes temas: “formação do espaço urbano e exclusão social, direitos coletivos e organização local, elaboração e gestão de projetos, educação e meio ambiente, segurança pública, saúde coletiva, relações de gênero e saúde comunitária”.⁵⁰ Ao final do curso, os participantes deveriam apresentar um projeto, e Ruth Barros, Maria Aparecida Coutinho, moradoras do Borel, e Mauriléa Januário Ribeiro, moradora da Casa Branca, elaboraram a proposta que deu origem ao Condutores.⁵¹

Gostaria de chamar atenção para o perfil dos diferentes atores envolvidos, em diferentes graus, no surgimento da iniciativa. Temos a ONG Gestão Social, três moradoras de favelas, além da própria Agenda Social, que, embora não seja propriamente uma instituição atuante, mas um fórum de debates para o surgimento de propostas, integra diferentes instituições. De fato, tem sido comum o envolvimento de atores de diferentes perfis na implementação de projetos de *memória de favelas*⁵² que surgem nos anos 1990 e 2000.⁵³ No caso do Condutores, essa situação terá

influência no que se refere à metodologia de ação adotada e à concepção do objetivo de sua iniciativa.⁵⁴

Havia uma dinâmica de reuniões entre o grupo de moradoras idealizador dos projetos e os responsáveis pela supervisão e assessoria técnica da proposta, conforme mostra o depoimento de Mariana Cavalcanti (depoimento de 24/09/2009), uma das primeiras coordenadoras do Condutores: “A gente fazia reuniões na Gestão, normalmente quando estava perto de alguma atividade (...) sempre tinha essas reuniões antes, na Gestão, para planejar, aí, enfim, tinha o campo, né?”.

As moradoras envolvidas chamam atenção para outro marco que teria influenciado não apenas a formação de uma rede de agentes comunitários que passaria a atuar dentro do âmbito da Agenda Social Rio, mas cuja visibilidade seria uma das causas que as fariam pensar na proposta de resgate de memória em questão. No caso, refiro-me ao programa Favela-Bairro.⁵⁵

O impacto do Favela-Bairro pode ser caracterizado de duas formas, segundo a memória de Ruth Barros.⁵⁶

(...) o que teve, assim, de mudança, na favela, foi... Pavimentação, muitos becos que foram abertos, e que não tinha como você chegar, contenção, aqui foi feita muita contenção. Muita contenção. (...) as contenções que foram feitas na Vila da Preguiça (...) porque era muita casa, muita casa que estava em risco (...) foi feita muita escadaria, melhoras de becos, aquele... Foi feito ali em cima... Aquela, foi feita aquela praça da Bíblia (...)

Nesse caso, nota-se a presença das melhorias de infraestrutura feitas na favela, diminuindo as áreas de risco e criando novas áreas de lazer e sociabilidade. No entanto, houve igualmente contribuição para a

formação de novas referências para os habitantes, e, por conseguinte, o surgimento de lideranças comunitárias não necessariamente ligadas às associações de moradores:⁵⁷

Inclusive passamos a ter maior visibilidade, a equipe, depois com essa ampliação, a equipe passou a ter contatos com o local onde a gente atuava. Você era conhecido do posto de saúde, a gente era uma referência da comunidade, e passou a ser referência pra qualquer instituição, era agente comunitário.

Podemos refletir sobre a possibilidade da atuação estatal ter permitido um campo fértil para a implementação de projetos da própria Agenda, por ter deixado configurada uma rede mobilizada de agentes comunitários e que foi, de fato, aproveitada pela articulação. Tal utilização pode ser pensada a partir do depoimento de uma das idealizadoras do Condutores de Memória:⁵⁸

Geralmente se procurava o Favela-Bairro, secretarias, para estar entrando com algum projeto extra, alguma coisa. A Agenda Social, ela entrou nesse espaço aí, o Ibase entrou, aproveitando aquele momento do Favela-Bairro. Todo mundo estava envolvido, querendo benefício e, na verdade, pra promover uma discussão.

A visibilidade trazida pelo Favela-Bairro fez com que os locais beneficiados passassem a receber visitas periódicas de técnicos envolvidos no projeto. Com isso, temos a presença em favelas de sujeitos de diferentes origens, que desconheciam o local para o qual contribuíam para a alteração da paisagem:⁵⁹

Eu e Mauriléia, a gente já trabalhava como servidora pública na época no Favela-Bairro, e o Favela-Bairro estava aqui dentro da Grande Tijuca. Então era o “boom” do momento, em que todas as obras do Borel estavam sendo feitas, na Chácara do Céu, na Formiga, nessas comunidades por aqui todas, no Andaraí, era o grande “boom” do Favela-Bairro. Então, estava acontecendo tudo nessa época, e nós

começamos a observar que a própria prefeitura, o pessoal lá do departamento de comunicação, trazia pessoas de fora do próprio BID,⁶⁰ e pessoas de outros lugares que queriam visitar as comunidades (...). Essas pessoas que vinham, como na época eu era supervisora, eu trabalhava na Grande Tijuca, sabia tudo sobre essas comunidades onde estavam acontecendo obras (...) eles perguntavam para a gente... Sempre quando tinha visita o pessoal avisava a gente, avisava a Mauriléia, que na época era técnica, e avisava que ia ter visita dia tal, 'eu gostaria que vocês fossem, pra vocês falarem um pouquinho', e para a gente sempre eles perguntavam 'por que Borel, esse nome Borel?'

Essa curiosidade observada, segundo a memória de Ruth Barros, teria sido o gatilho para pensar a proposta, inicialmente com caráter de geração de renda e voltada para um público específico:⁶¹

E os pontos também que as pessoas pediam para a gente levar... 'Eu quero ir nos locais que vocês acham interessantes', tipo a bica do Borel, que era a bica que todo mundo falava, 'lá no Terreirão tem a bica; na Chácara do Céu vai lá na igreja'. É difícil porque é uma trilhazinha, 'eu quero ir lá assim mesmo, como é que a história disso aqui?' O pessoal sempre queria saber, então a gente começou a observar aquilo (...) e eu, a Mauriléia e a Cida⁶² (...) 'por que a gente não faz um projeto sobre guia turístico para as comunidades, não para a rua, mas para as comunidades?' Porque a nossa intenção era fazer um projeto com adolescente, onde eles aprendessem tudo sobre a comunidade, sobre a história da comunidade, a memória da comunidade, a história, tudo, e depois eles fossem os guias dessas pessoas que viessem, seriam guias turísticos na comunidade, a gente pensou até isso, colocamos até lá, guias turísticos na comunidade, um projeto para adolescente.⁶³

Ao nos debruçarmos sobre o surgimento do Condutores de Memória, podemos observar sujeitos de diferentes perfis envolvidos em sua gênese, que podem ser enquadrados dentro da perspectiva de agentes internos e externos, comum às propostas de resgate de memória de favelas contemporâneas ao projeto. Porém, possíveis tensões referentes à

questão de quais agentes teriam maior legitimidade para falar sobre as favelas, os “de dentro” ou os “de fora”,⁶⁴ são diluídas ao máximo, tendo em vista a postura das supervisoras que atuaram ao longo do projeto, bem como dos integrantes da coordenação da Agenda Social, de darem o crédito da proposta para as três moradoras que a pensaram inicialmente, bem como autonomia em sua condução. Desse modo, possibilitou-se o surgimento de uma dinâmica de trabalho cooperativa, na qual sujeitos de diferentes perfis puderam estabelecer uma metodologia de atuação a partir de trocas de experiências práticas, inclusive as que surgem ao longo do desenvolvimento da proposta.

Assim sendo, quando da implementação do projeto, a abordagem inicialmente pretendida pelas moradoras, ligada à formação de guias turísticos, foi sendo substituída por uma outra metodologia, a das “oficinas de memória”, vistas como encontros “nos quais as lembranças da comunidade pudessem ser levantadas e discutidas”.⁶⁵ É interessante observar que a metodologia de ação não constitui um receituário rígido a ser seguido, podendo abrir espaço para a espontaneidade das responsáveis pelo direcionamento dos encontros e podendo vir a ser, inclusive, parte da metodologia a ser adotada futuramente.⁶⁶

A partir do material coletado e registrado das oficinas, a equipe reuniu um acervo documental sobre do qual foram elaborados dois produtos: um vídeo e um livro,⁶⁷ datados de 2001 e 2006, respectivamente. Trata-se de dois registros que visam tornar material a memória dos moradores de favelas da Grande Tijuca, dentro da perspectiva de sua perpetuação.

O vídeo possui aproximadamente 16 minutos, direção geral de Mariana Cavalcanti, conforme consta nos créditos, responsável, igualmente, pela produção executiva junto com Valter “Filé”. São apresentadas, além de cenas do Borel e da Chácara do Céu, objetos da filmagem, 12 depoimentos, sendo nove deles de moradores desses locais desde os anos 1940. No vídeo, há alguns elementos reforçados em outras obras que abordam a memória do Borel,⁶⁸ como a questão dos “grileiros”:⁶⁹ “A gente veio aqui em cima, morar perto da casa da Dona Maria Portuguesa. Quem fez a gente ficar tão “desregulado” foi o tal do grileiro, o Pacheco, que estragou o Borel”.⁷⁰

As precárias condições de habitação também são relatadas, conforme o depoimento de uma moradora da Chácara do Céu sobre a ausência de ruas asfaltadas:⁷¹

Eu, quando cheguei aqui, não tinha estrada, era uma trilhazinha aqui, era essa mesma rua, mas não tinha rua, mas uma trilha estreita, dois metros de rua, de beco (...). Esse lugar era uma chácara, né?, uma chácara de verdura, e na *associação de moradores do Borel me botaram para cá*, não tinha água, não tinha luz (...) (grifos meus).

É igualmente observada a memória local sobre o pioneirismo do Borel no que diz respeito ao movimento associativo de favelas:⁷²

Ela foi fundada em 1952,⁷³ através das lutas pelas quais o Borel passava. O objetivo dessa associação era fortalecer a nossa comunidade. Foi a primeira associação de favelas, que se chamava UTF, União dos Trabalhadores Favelados (...) que até a década de 1960, ela tinha o primeiro estatuto, e todas as comunidades que fundaram (associações de moradores) depois vinham até a nossa comunidade para poder aprender e estudar o estatuto que foi formado nessa época.

O suporte audiovisual possibilita que não sejam registrados apenas os nomes das lideranças mais antigas, mas também seus rostos e vozes.

Uma característica interessante do vídeo se refere ao registro de depoimentos de jovens moradores, revelando suas impressões sobre a memória dos moradores antigos entrevistados.

O primeiro momento em que a gravação foca nos moradores mais jovens registra a apresentação de um grupo de dança de rua ligado à ONG Jovens Com Uma Missão (Jocum).⁷⁴ A situação de jovens moradores de favelas participando de uma prática de expressão artística contrasta com a seguinte descrição referente a jovens envolvidos com o tráfico, muitas vezes presentes no imaginário comum da sociedade carioca:⁷⁵

A imagem do menino favelado com uma AR-15 ou metralhadora UZI na mão, as quais considera como símbolos de sua virilidade e fonte de grande poder local, com um boné do movimento negro da América do Norte, ouvindo música *funk*, cheirando cocaína produzida na Colômbia, ansiando por um tênis Nike do último tipo e um carro do ano.

Tal imagem, presente no senso comum, dentro da conjuntura histórica que se forma a partir da virada dos anos 1970 para os 1980, tende a criar uma série de barreiras para moradores de favelas, devido a uma visão estereotipada que os associa à violência. No mesmo vídeo, uma jovem narra a seguinte situação:⁷⁶ “Eu estava na praia, chegou uma garota e começou a falar comigo, aí eu falei onde eu morava, ela falou ‘vou ali falar com a minha mãe’ e não voltou mais”. A partir dessa fala, podemos destacar a hipótese de que uma das funções do vídeo seja chamar atenção para essa “clivagem sócioespacial” que afeta os moradores de favelas. Tendo em vista essas situações, a opção pela escolha de um grupo jovem através de uma prática artística visa, justamente, propor uma imagem alternativa do jovem morador de favelas, muitas vezes corrente no

imaginário urbano. Em vez da percepção pela arma, a percepção pela arte. Em vez da percepção pela ameaça, a percepção pelo preconceito e pela segregação sofrida. Tal postura discursiva não deve ser encarada como algo natural, mas como um esforço de construção de significados com objetivos próprios.

Por último, o vídeo reflete o esforço do projeto de estabelecer um elo entre os moradores mais jovens e os mais antigos, perceptível pela metodologia adotada pelas oficinas de memória de realizar atividades conjuntas com ambos, a partir das experiências presentes na memória dos primeiros, que dizem respeito aos processos referentes a acesso a serviços, além da resistência aos despejos, dentre outros. Ao ouvir as dificuldades referentes à ausência de asfaltamento e de acesso à luz e água, um jovem faz a seguinte declaração:⁷⁷ “Interessante saber como era a comunidade, a luta para trazer esses recursos. Nós não valorizamos, mas foi duro trazer água e luz para cá”.

Com relação ao livro do projeto *Condutores*, de 2006, o primeiro fator que gostaria de destacar é sua abrangência sobre as demais favelas da Grande Tijuca, de acordo com a diretriz da Agenda Social Rio. No que diz respeito ao Borel, foco da minha análise, há alguns fatos para o qual eu gostaria de atentar. O primeiro diz respeito a uma breve biografia, com foto, de cada uma das três idealizadoras do *Condutores de Memória*.⁷⁸ Tal postura é uma forma de valorizar a ação destas, moradoras de favelas, como sujeitos produtores de conhecimento sobre o espaço onde habitam. De fato, uma das responsáveis pelo projeto chega a colocar que:⁷⁹

Quando chegávamos em outras comunidades e dizíamos que éramos moradoras de comunidade como eles, os olhares eram de admiração, principalmente dos adolescentes. Isso porque os moradores de

comunidade estão acostumados a receber o que pessoas de fora levam para eles.

Essa valorização, pelo menos no campo dos discursos, também pode ser encarada como uma tentativa de diluição de possíveis tensões entre agentes “de dentro” e “de fora” pela legitimidade de fala sobre as favelas, além de constituir um esforço de ressignificação desses espaços por um viés positivo, uma vez que demonstra uma construção discursiva sobre os moradores de favelas contrastante com as imagens de violência e associação com o tráfico que começam a ganhar força a partir da virada dos anos 1970 e 1980.

O livro do Condutores igualmente coloca a importância dada ao alcance do setor jovem de seu público-alvo a partir do registro das atividades do projeto em escolas. O objetivo dessa atuação foi:⁸⁰

(...) despertar nos(as) alunos(as) a capacidade de pensar historicamente, incentivando, assim, a reconstrução do conhecimento da região em que moram e a identificação positiva com a realidade na qual vivem. (...) estreitar os vínculos com as comunidades trabalhadas. Pelos depoimentos de jovens e antigos(as) moradores(as) exibidos no vídeo,⁸¹ foi possível estimular o debate sobre o processo de construção coletiva da história local, levando professores(as) e alunos(as) a refletir sobre a importância das pessoas comuns, por meio de suas trajetórias e experiências de vida, para essa construção (...). Acima de tudo, a entrada do projeto Condutores(as) de Memória nas escolas contribuiu para desfazer o preconceito e diminuir a distância existente entre “favela” e “asfalto”, fornecendo aos(as) professores(as), geralmente oriundos(as) da classe média, informações que permitem compreender a realidade social dos alunos e das alunas, em sua maioria residentes em favelas e bairros populares.

A busca pela superação de barreiras simbólicas, inter ou intrafavelas, ou com a “cidade formal”, são exemplificadas pela atuação em diversos fóruns e eventos, além da capacitação de outros grupos para

que os mesmos possam aplicar a metodologia do Condutores, ou para estabelecer contato com experiências semelhantes.⁸² Do mesmo modo, a presença do depoimento desses antigos residentes do Borel falando sobre sua mobilização por melhorias, acesso a serviços e pelo direito à moradia ganha a função de suporte para a afirmação da antiga busca dos moradores de favelas por acesso a serviços e moradia, valorizando seu esforço para o alcance desses objetivos, e apresentando uma imagem diferente das relacionadas à violência e ao tráfico.

Para além dos usos abordados dos produtos do Condutores de Memória, pensados por suas três executoras em articulação com os agentes ligados à Agenda, há a própria valorização dada pelos moradores de favelas pelo registro material que eles representavam.⁸³

Os produtos interessavam muito para os moradores, você se ver, se ver impresso, se ver num vídeo, tudo isso era importante. Nesse momento, sim, ainda é, mas hoje em dia isso está mais banalizado, ninguém acha a mesma coisa que achava naquela época. Isso porque tem câmera de celular, eu posso fazer um documentário sobre você me entrevistando. Naquela época, não.

Parte dessa valorização pode ser vista pelo fato de esses sujeitos passarem a se colocar como emissores, e não mais meros receptores, dos discursos sobre o seu passado, seja diretamente vivido ou transmitido por uma memória familiar ou local.⁸⁴

As pessoas queriam se ver representadas de um jeito que não fosse o modo que o Jornal Nacional representa. (...) Agora, eu acho que, nesse sentido, o Condutores é um documento histórico muito interessante, tudo isso que ficou, o rastro que o Condutores deixou, porque era nesse momento, era nesse momento que os moradores de favela estavam querendo se apossar dos meios de produção de discurso sobre eles, e é isso. (...) Nesse sentido, um documento diferente, mas é um documento.

A questão da resignificação das favelas, em concorrência a certos tipos de representação presentes na grande imprensa, não pode ser pensada de forma dissociada à temática dos padrões de relacionamento desenvolvidos entre moradores:⁸⁵

As pessoas ficaram egoístas! Ficaram. As pessoas não têm mais, não existe mais aquela coisa que eu dizia, partilha. Não tem. Ainda existem muitas pessoas bacanas, muita gente, ainda, que ainda tem fraternidade, mas a maioria, a maioria que você vê, as pessoas agora se trancam, né? Mesmo em favela, você andando, quando eu te levar agora você vai ver, a maioria de portão fechado, os becos, você passa, está tudo fechado, você não vê mais as pessoas alegres, brincando, conversando (...). Eu acho que se as pessoas tivessem memória, se olhassem um pouquinho para trás, não estariam tão egoístas. Lembrariam que muita coisa foi meu vizinho que fez, foi meu vizinho que ajudou, que foi feito em coletividade, que não foi feito, você chegando, e isso aí está pronto, 'ah, bom, agora é assim, vou arrumar só aqui, vou varrer só a minha parte, fulano que varra a dele!' (...) Fraternidade, amor, carinho, são poucas as pessoas que têm hoje em dia.

Contudo, o principal meio de materialização da memória pretendido pelo projeto não foi alcançado: a construção do Centro de Memória da Grande Tijuca. Esse espaço teria por objetivo “tornar possível a construção de um novo olhar sobre a história das favelas, que leve em consideração a experiência de vida e o ponto de vista das moradoras e dos moradores dessas comunidades como atores sociais”.⁸⁶ Seria um local para guardar e conservar o acervo reunido pelo Condutores de Memória,⁸⁷ além de servir como espaço para a realização de atividades culturais e educativas. O Centro poderia ser considerado como uma das iniciativas de *patrimonialização da favela*, que tem como um de seus objetivos caracterizar esse local, através da história, como parte da cidade.⁸⁸ Outras

iniciativas implementadas se encaixam nesse perfil, como o Museu a Céu Aberto, do Morro da Providência,⁸⁹ e o Museu da Maré.⁹⁰

Buscar todas as causas e fatores que impossibilitaram a viabilização do Centro de Memória do Condutores, em comparação com os casos da Providência e da Maré, pode configurar um caminho analítico pouco sólido, mas ainda assim gostaria de fazer algumas observações. Primeiro, no que diz respeito à articulação dos agentes envolvidos nessas iniciativas, os museus da Providência e da Maré firmaram parceria com o poder público, capaz de garantir os investimentos necessários para seus funcionamentos. O primeiro caso contou com o investimento feito pelo Favela-Bairro, sendo uma iniciativa da administração municipal de César Maia (2005-2009) pensada para fazer parte do roteiro turístico oficial da cidade.⁹¹ O segundo caso chegou a receber verba de R\$ 150.000,00 do programa Cultura Viva,⁹² ligado ao governo federal.⁹³

O Condutores de Memória não chegou a receber apoio sólido traduzido em financiamento direto por parte da administração pública,⁹⁴ contando fundamentalmente com o patrocínio da Oxfam Novib,⁹⁵ assim como muitas propostas ligadas à Agenda Social Rio. O Condutores poderia ter conseguido apoio da iniciativa privada para a construção do seu Centro, mas o aspecto para o qual devemos estar atentos é a ausência de uma parceria que possibilitasse a obtenção de um espaço e a constituição de um corpo técnico que tornasse possível a proposta em questão, sendo o poder público um agente de peso considerável para tal papel. Outro aspecto a ser pensado diz respeito mais especificamente ao caso da Maré. Seu museu foi projetado e articulado a partir de uma ONG criada por lideranças, muitas delas moradoras da Maré ou que com ela

possuíam elos de ligação. Ou seja, a Maré possuía uma entidade que contava com uma equipe composta por diferentes profissionais a seu dispor, além de um estatuto jurídico, uma vez que se trata de uma instituição estabelecida e legalmente registrada, que facilitou a obtenção e a gestão de verbas.

Em nenhum momento a Agenda Social pretendeu ser uma instituição executora; manteve seu caráter de fórum de debates, construindo pontes entre diferentes agentes. A ONG Gestão Comunitária poderia ter desempenhado o papel de instituição responsável pela implementação do Centro de Memória, mas para transformar essa possibilidade em afirmação seria necessário conhecer a fundo o momento pelo qual passava essa entidade, bem como seus projetos e interesses, quando o debate sobre o Centro do Condutores apresentava maior vitalidade. Se as três idealizadoras do projeto tivessem constituído uma instituição própria, em conjunto com demais executores de propostas ligadas à Agenda Social, realizadas em favelas da Grande Tijuca, estabelecendo menos intermediários para o alcance de seu objetivo, teria sido outro o destino do Centro de Memória? Porém, esses questionamentos enveredam por um traçado que não oferece pontos sólidos de apoio para a elaboração de afirmações explicativas, por se tratarem de casos com especificidades próprias e diferentes agentes envolvidos, mas creio ser útil a menção a esses fatores como pontos para a reflexão.

Contudo, mesmo não conseguindo a realização de seu objetivo principal, a construção do Centro de Memória, os produtos do Condutores anteriormente analisados podem ser vistos como elementos

de uma memória material a partir dos quais podem ser concebidos usos políticos. Desse modo, podemos ver que a produção de uma *memória material de favelas*, pensada a partir do caso do Condutores de Memória, revela certas preocupações concernentes à conjuntura histórica de seu desenvolvimento no que se refere a esses espaços. Partindo desse caso, pode-se estabelecer uma reflexão acerca de como os moradores de favelas se relacionam com a cidade, do ponto de vista da problemática do estigma da violência, e como lidam com os padrões de sociabilidade presentes em seus locais de moradia, além dos mesmos padrões referentes a esse grupo e ao espaço urbano como um todo.

Conclusão

A elaboração de produtos de memória que se configure como uma *memória material de favelas* necessita da articulação de diferentes agentes. No entanto, essa articulação, quando se dá, não ocorre sempre com as mesmas configurações, que variam ao longo de diversas conjunturas históricas. Com relação ao projeto de memória em favelas desenvolvido pela Agenda Social Rio, o Condutores de Memória, podem ser observadas algumas características próprias. Primeiramente, essa articulação mostra uma gama diferenciada de atores, que envolvem empresas privadas, como a Light, ONGs e demais representantes do chamado Terceiro Setor, órgãos públicos, como a Caixa Econômica Federal, instituições de educação básica e superior de ensino, como a escola particular Oga Mitá e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e pelo menos um órgão internacional de financiamento de projetos sociais, a Oxfam Novib.

Deve ser mencionada ainda a rede resultante da implementação do Favela-Bairro, que também proporcionou um quadro favorável à implementação dos projetos da Agenda.

Michel de Certeau⁹⁶ constrói a noção de “estratégia” entendida como “o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta”.

Ao mencionar “um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio”, Certeau se refere a uma situação caracterizada por uma relativa estabilidade para as ações de um determinado sujeito. Essa estabilidade seria decorrente da não necessidade de planejar e executar ações a partir das regras do *outro*, ou seja, a partir de configurações que priorizem interesses que não necessariamente são os seus. Para termos de comparação, essa situação se aplica ao caso do Terceiro Setor e, portanto, da Agenda, que, ao contrário dos grupos de esquerda citados, não estariam sujeitos às limitações impostas pelo regime militar. Assim, tendo em vista a nova situação política de democracia, podem estabelecer uma relação de estratégia, de acordo com os termos de Michel de Certeau, para formulação e execução de suas propostas.

Isso não significa que não exista qualquer tipo de limitação às ações dessa articulação. Por se tratar de um corpo coletivo formado por agentes de diferentes perfis, com seus próprios interesses, há sempre a possibilidade de existência de conflitos, além de diferentes graus de envolvimento e participação na iniciativa. É compreensível que, em suas

publicações institucionais, a Agenda divulgue seu amplo número de parceiros, pois se trata de uma estratégia de autovalorização veicular a imagem de um grupo capaz de ter acesso a diferentes setores da sociedade civil. Mas tal fato não implica que todos possuam o mesmo envolvimento, ou que este se dê em uma intensidade constante, a exemplo do comentário de Nahyda Franca sobre o envolvimento da prefeitura:⁹⁷

(...) da época do Betinho vivo, da articulação inicial da Agenda, tinha uma conjuntura naquele momento do governo, da prefeitura, do governo estadual, que facilitou essa articulação. Depois isso veio mudando com a entrada do Conde,⁹⁸ depois César Maia, e essa alternância (...). Então essa mudança pr'o Conde já foi um baque.

Outro exemplo de limitação é a diminuição de verbas destinadas à Cooperação Internacional, que afetou diretamente a Agenda devido à diminuição do financiamento ofertado pela Oxfam Novib:⁹⁹ “A crise da Cooperação Internacional nos faz mudar de estado, de tema e de expectativa de recursos, obrigados que somos a nos defender permanentemente das alterações nas diretrizes políticas da Cooperação Internacional”.

A despeito desses fatores, a amplitude e a diversidade desse conjunto de atores proporcionou um considerável acesso a diversas esferas da sociedade. No caso do Condutores de Memória, podem ser citadas reportagens jornalísticas e participação em diversas palestras e eventos. Desse modo, estamos diante de uma articulação ampla, baseada em relações de estratégia. Essa articulação ampla é marcada por um *modus operandi* específico, concernente às concepções e intervenções referentes à

forma de atuação das ONGs e demais instituições do chamado Terceiro Setor.

A partir dos anos 1980, a administração pública no Rio de Janeiro tende à implementação de políticas públicas que visassem dotar as favelas de mais recursos de infraestrutura urbana, a partir da década de 1980, Mario Grynszpan e Dulce Pandolfi¹⁰⁰ observam que “à medida que vão deixando de ser descartáveis, erradicáveis, conquistando um direito à posteridade, as favelas vão igualmente conquistando o direito às suas memórias”. Porém, tal quadro se desenvolve paralelamente a um outro, no qual o crescimento das favelas em nosso espaço urbano tem sido associado ao crescimento da violência.¹⁰¹

Desse modo, essa conjuntura histórica arma uma arena para uma batalha de representações. De um lado, as que associam as favelas à violência urbana, principalmente a do tráfico de drogas, trazendo consequências sérias que se traduzem em impedimentos de circulação e de uso dos espaços da cidade, fragmentando-a e diminuindo possibilidades para a construção de uma via sólida de acesso a direitos.¹⁰² De outro, grupos de moradores de favelas articulados com diferentes atores, objetivando a construção de uma via pavimentada por significados positivos que termine no acesso ao direito à cidade.¹⁰³

David Harvey diz que o direito à cidade é “muito mais que a liberdade individual de acessar recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos mudando a cidade”.¹⁰⁴ Mudar a cidade, no caso contemporâneo do Rio de Janeiro, deve ser compreendido não apenas como o reconhecimento do passado de parcela relevante de seus habitantes, mas como um investimento em um futuro em que a história

de nosso espaço urbano possa ser vista sem clivagens oriundas da necessidade de se apontar um judas simbólico a ser responsabilizado por problemas cujas soluções só surgirão a partir do pensar em conjunto.

Bibliografia

OXFAM NOVIB. **Plataforma Novib 2003**, mimeog., 2003.

_____. et al. Favelas e poder público: uma relação delicada. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

_____. et al. **Um abraço, Betinho!** Rio de Janeiro: FGV/IBASE/Garamond, 2005.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea. In: RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz (org.). **Metrópoles: entre a cooperação e o conflito**. São Paulo/Rio de Janeiro: Perseu Abramo/FASE, 2004a.

_____. Sociabilidade violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas. In: SILVA, Itamar (org.). **Rio: a democracia vista de baixo**. Rio de Janeiro: IBASE, 2004b.

_____. Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: **Vida Sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2008.

Notas

* Mestre em História pela UFF, Doutor em História pelo CPDOC/FGV, professor adjunto da UERJ/FEBF e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas (PPGECC), Rio de Janeiro/RJ/Brasil.
E-mail: amoroso.mauro@gmail.com

¹VENTURA, Zuenir. **Cidade partida**. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

² Ocorrida na madrugada de 23 de julho de 1993, nas proximidades da igreja da Candelária, no coração do Centro do Rio, resultou na morte de oito pessoas, seis delas menores de idade, e contou com a participação de policiais militares.

³ Seu acontecimento se deu em 29 de agosto de 1993, apenas poucos meses após a chacina da Candelária, e resultou na morte de 21 moradores da favela de Vigário Geral.

⁴ Uma das mais antigas favelas do Rio de Janeiro, cuja ocupação data das décadas de 1910, 1920. Localizada na Tijuca, tradicional bairro de classes média e alta no Rio de Janeiro, segundo dados do Censo de 2010 possui aproximadamente 7.500 moradores, sendo uma das favelas mais conhecidas da cidade. Para um histórico mais aprofundado da favela ver autor 1.

⁵ Pelo recorte temporal proposto, a presente reflexão pode ser inserida dentro da proposta teórica e metodológica da chamada “História do Tempo Presente”, que tem como referência as pesquisas do Institute D’Histoire du Temps Présent (IHTP) e de nomes como o falecido Michael Pollak. Abordagem atualmente desenvolvida em diversos países, tem como pressuposto abranger questões contemporâneas à historiografia, uma vez que durante séculos foi considerado um interdito para o Historiador construir objetos que sejam contemporâneos ao seu tempo. Tal perspectiva, que tem relação próxima aos estudos sobre a memória, tem trazido interessantes contribuições para os estudos históricos, além de proporcionar à aproximação com outras abordagens disciplinares. Para um debate mais aprofundado sobre o tema ver: CHAUVEAU, A et al. (orgs.). **Questões para a história do presente**. Bauru: Edusc, 1999.

⁶ Essa categoria será melhor explicada posteriormente.

⁷ BURGOS, Marcelo. Cidade, territórios e cidadania. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, 2005, SILVA, Luiz Antônio Machado da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea. In: RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz (org.). **Metrópolis: entre a cooperação e o conflito**. São Paulo/Rio de Janeiro, Perseu Abramo/FASE, 2004, Sociabilidade violenta: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas. In: SILVA, Itamar (org.). **Rio: a democracia vista de baixo**. Rio de Janeiro, IBASE, 2004, Violência urbana, sociabilidade violenta e agenda pública. In: **Vida Sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2008.

⁸ Militante da Ação Popular (AP) que atuou no Borel entre os anos 1970 e 1980, desenvolvendo projetos culturais, educacionais, e buscando articulação com a Associação de Moradores local. Assim como a AP, o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e o Partido Comunista Brasileiro atuaram no local, em um contexto geral de reorganização do movimento associativo de favelas no Rio de Janeiro nesse período. Para um maior aprofundamento da questão ver autor, op. cit. A passagem citada foi retirada de: depoimento de Roberto Ramos, 12/05/2011.

⁹ O depoente se refere a Paulo Luneta, um traficante que, segundo sua memória, teria atuado no Borel nesse período.

¹⁰ SILVA, op. cit, 2008.

¹¹ Gostaria de atentar para uma certa confusão de nomes que aparece nessa passagem, uma vez que Roberto Ramos chega a mencionar o nome de Deco em uma história que teria se passado em 1980, sendo que este teria sido morto em 1978, segundo anteriormente colocado pelo próprio depoente.

¹² Apelido de José Ivan, liderança que chegou a presidir a associação de moradores do Borel durante um longo período e cujo depoimento foi por mim abordado em passagens anteriores. Passagem retirada de depoimento de Roberto Ramos, 12/05/2011.

¹³ O depoente refere-se a recortes espaciais específicos internos do Borel.

¹⁴ KANT DE LIMA, Roberto et al. *Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia*. **BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, n. 50, jan./jun. 2000.

¹⁵ SILVA, op. cit., 2008.

¹⁶ CAVALCANTI, Mariana. **Of shacks, houses and fortresses: an ethnography of favela consolidation in Rio de Janeiro**. Tese de doutorado. Chicago, University of Chicago, 2007.

¹⁷ Chácara do Céu e Casa Branca são favelas contíguas ao Borel, sendo a primeira localizada no topo da colina onde fica esta última. Borel e Chácara do Céu possuem histórias interligadas, uma vez que, ao que tudo indica, a ocupação da primeira começou pela segunda, que se situa na parte mais elevada do morro. Essa área, nos primórdios de sua ocupação, era privilegiada, pela possibilidade de se construírem barracos que não ficassem tão à vista e acessíveis para a polícia, que geralmente os derrubava. No entanto, a maior intensificação da ocupação da Chácara só ocorre a partir dos anos 1970 (CUNHA, Neiva Vieira da. **Histórias das favelas da Grande Tijuca contadas por quem faz parte delas: projeto Condutores de Memória**. Rio de Janeiro, IBASE, 2006.). A partir da década seguinte, o laço que unia essas localidades começou a se esgarçar por conta da atuação do tráfico de drogas, que também trouxe problemas com relação à favela da Casa Branca (CAVALCANTI, op. cit.). Inclusive, a representação associativa da Casa Branca e da Chácara do Céu ocorria pela associação do Borel. Elas só foram ter associações independentes em 1979 e 1989, respectivamente.

¹⁸ Antiga moradora nascida e criada no local, e uma das idealizadoras e responsáveis pela execução do projeto Condutores de Memória. Passagem retirada de depoimento de 21/01/2009.

¹⁹ Depoimento de Mônica Santos Francisco, 22/07/2011. A depoente é uma moradora do Borel e uma das mais atuantes lideranças locais, envolvida com organizações do Terceiro Setor.

²⁰ Trata-se de dois espaços internos da favela do Borel.

²¹ “Área concentra mais tráfico e armas”. **O Dia**, 22/09/1989.

²² Atualmente, Isaías encontra-se preso na penitenciária federal de segurança máxima de Catanduvas.

²³ “PM desfaz barricada e prende dez no Borel”. *O Dia*, 21/09/1989.

²⁴ “Área concentra mais tráfico e armas”. **O Dia**, 22/09/1989.

²⁵ “Moreira anuncia ‘invasão social’ no morro do Borel”, **O Dia**, 23/09/1989. Para o entendimento das disputas de quadrilhas de traficantes entre Borel e Casa Branca, deve-se ter em mente o desenvolvimento das organizações criminosas que detêm o controle da venda de drogas no Rio de Janeiro. O Comando Vermelho, grupo ao qual pertence Isaías do Borel, foi fundado no final dos anos 1970, sob o nome de Falange Vermelha, a partir de presidiários encarcerados no presídio de Ilha Grande. No mesmo período, na penitenciária da Frei Caneca, foi fundada a Falange do Jacaré, que se tornaria o Terceiro Comando (MISSE, Michel. *As ligações perigosas: mercado informal ilegal, narcotráfico e*

violência no Rio de Janeiro. *Contemporaneidade e educação*. Rio de Janeiro, v. 1, 1997.). Ao longo dos anos, uma série de disputas internas daria origem a outros grupos, como o Amigos dos Amigos (ADA). Enquanto o Comando Vermelho atuava no morro do Borel, o Terceiro Comando atuava na Chácara do Céu e na Casa Branca, o que ocasionava disputas e confrontos armados nessa região, em variáveis graus de intensidade, a partir da década de 1980 (CAVALCANTI, op. cit.).

²⁶ LEITE, Marcia. **Para além da metáfora da guerra:** percepções sobre cidadania, violência e paz no Grajaú, um bairro carioca. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, PPGSA-UFRJ, 2001.

²⁷ A Operação Rio foi a ocupação pelas Forças Armadas, em conjunto com as polícias civil e militar, de áreas consideradas perigosas, dando-se especial atenção às favelas, nos anos de 1994 e 1995. Seu pano de fundo foi a eleição presidencial de 1994, à qual Leonel Brizola concorreu e obteve uma margem inferior a 4% dos votos. Devido a essa disputa, Leonel Brizola desincompatibilizou-se do cargo, assumindo em seu lugar Nilo Batista. Para uma discussão mais ampla dessa ocupação, ver: COIMBRA, Cecília. **Operação Rio:** o mito das classes perigosas, um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos sobre segurança pública. Rio de Janeiro/Niterói, Oficina do Autor/Intertexto, 2001.

²⁸ LEITE, Marcia. O Rio de Janeiro em pauta. Cidade e cidadania na imprensa carioca: o caso da Operação Rio. **Cadernos de Antropologia e Imagem**. Rio de Janeiro, n. 6, 1998.

²⁹ COIMBRA, op. cit. p. 166.

³⁰ BURGOS, Marcelo. Dos parques proletários ao favela-bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba et al. (orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, PANDOLFI, Dulce et al. Favelas e poder público: uma relação delicada. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) **Cidade:** história e desafios. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2002.

³¹ SILVA, op. cit., 2008.

³² LEITE, op. cit., 2001.

³³ BURGOS, op. cit., 2005.

³⁴ CAVALCANTI, op. cit.

³⁵ LAVABRE, Marie-Claire. De la notion de mémoire à laproduction des mémoires collectives. In: C'EFAÏ, Daniel (dir.). **Cultures politiques**. Paris: PUF, 2001 e HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

³⁶ José Eduardo Marques Mauro e Rubens Naves definem o Terceiro Setor como um “conjunto de atividades espontâneas, não governamentais e não lucrativas, de interesse público, realizadas em benefício geral da sociedade e que se desenvolvem independentemente dos demais setores (Estado e mercado), embora deles possa, ou deva receber colaboração” (apud NAVES, Rubens. Terceiro setor: novas possibilidades para o exercício da cidadania. In: PINSKY, Jaime et al. (orgs.). **História da cidadania**. São Paulo, Ed. Contexto, 2003, p. 574).

³⁷ LANDIM, Leilah. **A invenção das ONGs:** do serviço invisível à profissão sem nome. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, PPGAS-UFRJ, 1993, FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público:** o Terceiro Setor na América Latina. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994 e NAVES, op. cit.

³⁸ A publicação institucional do Ibase aqui utilizada levanta uma lista de vários membros parceiros que compunham a Agenda. Há diversas associações de moradores de favelas da Tijuca e de suas proximidades, assim como órgãos da administração pública estadual e municipal, creches, escolas, ONGs e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Deve ser levado em conta que o grau de participação de cada um desses integrantes variava bastante, sendo poucos os realmente ativos na ampla lista divulgada. Com relação a integrantes do poder público e do empresariado, deve-se destacar, principalmente, a atuação de Paulo Magalhães e Raimundo Santa Rosa, representantes da Caixa Econômica Federal e da Light, respectivamente. Apesar da participação desses órgãos ter sido realizada de forma institucional, o empenho pessoal desses dois indivíduos foi determinante para o envolvimento das instituições que representam. Mesmo com a perda de força do movimento após a morte de Betinho, deve-se chamar atenção para os diversos eventos, iniciativas, reuniões e debates realizados, sobretudo entre os anos de 1999 e 2002. Atualmente, apesar de ainda realizar reuniões e eventos esporádicos, a Agenda Social Rio encontra-se em um ponto de quase estagnação, com muitos de seus parceiros, inclusive os relativos aos órgãos públicos, não mais constando de seu rol de integrantes. IBASE (org.). **Agenda Social Rio: história, ações e desafios**. Rio de Janeiro, Agenda Social Rio/IBASE, 2001.

³⁹ Nascido em Bocaiúva, em 1935, foi uma das principais figuras da vida pública no Rio de Janeiro, atuando como idealizador e mobilizador em diversas campanhas como a Campanha Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, dentre outros. Faleceu no Rio de Janeiro em 1997. Para uma análise mais aprofundada sobre o sociólogo ver PANDOLFI, Dulce et al. **Um abraço, Betinho!** Rio de Janeiro, FGV/IBASE/Garamond, 2005. Para um debate mais demorado sobre a Agenda Social Rio e seu impacto político ver autor 1 e autor 2.

⁴⁰ ONG criada em 1981 e uma das principais articuladoras da Agenda Social Rio. Para mais informações, ver <http://www.ibase.br/>.

⁴¹ Nas décadas de 1990 e 2000, é possível notar a realização de diversos projetos de memória de moradores de favelas, como a Rede de Memória da Maré, o Centro Histórico da Rocinha, o *website* Favela Tem Memória e outros. Para uma análise dessas propostas, bem como do papel dos sujeitos nelas envolvidos, ver *Comunicações do ISEER*. Rio de Janeiro, n. 59, 2004 e GRZYNSZPAN, Mario et al.. Memória de favelas, em favelas: favelas do Rio de Janeiro e direito à memória. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Direitos e cidadania: memória, política e cultura**. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2007.

⁴² Região demarcada pelos membros da Agenda Social Rio de modo a compreender os bairros da Tijuca, Praça da Bandeira, Alto da Boa Vista, Grajaú, Andaraí, Vila Isabel e Maracanã. SANTOS, Alexandre Mello, et al. (orgs.). **Quando memória e história se entrelaçam: a trama dos espaços na Grande Tijuca**. Rio de Janeiro, IBASE, 2003. p. 4.

⁴³ CUNHA, op. cit. p. 7.

⁴⁴ O caráter das oficinas será abordado posteriormente.

⁴⁵ Depoimento de Nahyda Franca, 22/06/2009.

⁴⁶ SANTOS, et al. op. cit. p. 24.

⁴⁷ LEITE, op. cit., 2001.

⁴⁸ POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992.

⁴⁹ CUNHA, op. cit. p. 11.

⁵⁰ Idem, ibidem.

⁵¹ Idem, p. 12.

⁵² Mario Grynszpan e Dulce Pandolfi chegam a atentar para o que seria uma diferença entre *memória em favelas* e *memória de favelas*. As primeiras seriam iniciativas, muitas vezes de âmbito individual ou privado, de guardar documentação ou objetos pertinentes ao histórico de uma favela, além da própria prática de transmissão oral da memória. No entanto, esse ato seria permeado por quadros sociais, coletivos (HALBWACHS apud GRYNSPAN et al., op. cit.). A segunda se refere aos projetos de reconstrução de memória, influenciados por processos de seletividade baseados em critérios de relevância para os sujeitos que deles se responsabilizam. Sujeitos que, muitas vezes, tomam a concepção de *memória em favelas* como base para seu desenvolvimento, acabando por torná-lo coletivo, ao realizarem a apropriação desse conteúdo.

⁵³ Tal pluralidade, inclusive, pode levar a se pensar na questão de agentes externos (ONGs, partidos políticos, igrejas, intelectuais e a mídia) e internos (os próprios moradores) envolvidos nessas iniciativas. Essa configuração pode gerar tensões em relação ao que seria uma certa legitimidade de fala sobre as favelas, reivindicada pelos “de dentro” (agentes internos), sendo que as fronteiras que separariam esses dois perfis não podem ser consideradas como rígidas ou intransponíveis (GRYNSPAN et al., op. cit.).

⁵⁴ Ruth Barros, Mauriléa Ribeiro e Maria Aparecida Coutinho eram as responsáveis pela execução direta do projeto, além de articularem a realização das oficinas com os moradores, mobilizando os participantes. Além delas, fazia parte da equipe uma profissional com formação na área das Ciências Sociais, que atuava com o intuito de acompanhar a realização das atividades, além de debater a dinâmica das mesmas e auxiliar na elaboração de projetos. Já ocuparam essa função Mariana Cavalcanti, Marize Cunha e Neiva Cunha, atualmente professoras e pesquisadoras, respectivamente, do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV), Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz) e da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É necessário mencionar o projeto “No fio da navalha: memória histórica e convívio social no morro do Borel”, coordenado por Olinto Pegoraro, à época professor de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Desenvolvido nos anos 1980, com o objetivo de resgatar a memória local, dele participaram como estudantes Marize Cunha e Patrícia Gouvêia, esta última fundadora da Gestão Comunitária. Por mais que as moradoras de favelas não cite diretamente o projeto, as duas anteriores fazem menção ao mesmo como uma inspiração em seus depoimentos.

⁵⁵ Desenvolvido na primeira gestão municipal de César Maia (1993-1996).

⁵⁶ Depoimento de 15/01/2010.

⁵⁷ Depoimento de Mauriléa Ribeiro, 23/08/2009.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Depoimento de Ruth Barros, 21/01/2009.

⁶⁰ O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) foi um dos financiadores do Favela-Bairro.

⁶¹ Idem.

⁶² Apelido de Maria Aparecida Coutinho.

⁶³ Na década de 1990, temos o despontar das favelas como roteiros turísticos explorados por agências do ramo. A maior referência dessa atividade tem sido a favela da Rocinha, que chega a receber até dois mil turistas por mês (FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Favela como patrimônio da cidade? Reflexões e polêmicas acerca de dois museus. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 38, 2006. p. 53). Para um debate mais aprofundado sobre as favelas como roteiros turísticos, ver FREIRE-MEDEIROS, Bianca. **Gringo na laje: produção, circulação e consumo da favela turística**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

⁶⁴ GRYNSPAN & et al. op. cit.

⁶⁵ A partir da experiência realizada na favela do Borel, primeira a ser contemplada, estabeleceu-se a metodologia de realização de quatro oficinas: “Recordando a História”, “Buscando a História”, “Vivências Passadas” e “Reconstruindo a História”. No primeiro encontro, são reunidos moradores mais antigos da localidade, a fim de que seja realizada coleta de depoimentos e, caso haja interessados, doação de documentos pessoais. Na segunda, há a participação dos moradores mais jovens e são usadas diferentes linguagens, como música, fotografia, além dos depoimentos anteriormente coletados, para se debater a questão da ocupação do espaço urbano. A terceira visa ao resgate das condições iniciais que datam do surgimento de cada favela, atentando-se para a questão ambiental e a produção do lixo domiciliar. Na quarta e última, há a junção dos moradores antigos e jovens, objetivando o estabelecimento de estratégias, com o intento de perpetuar a iniciativa do resgate da memória local (CUNHA, op. cit. p. 14).

⁶⁶ COUTINHO, Maria Aparecida. Correr atrás da história: obstáculos a transpor, apoios a conquistar. **Comunicações do ISER**. Rio de Janeiro, n. 59, 2004. p. 24.

⁶⁷ O livro em questão é a obra organizada por Neiva Vieira da Cunha (op. cit), que está sendo utilizado para descrever a metodologia de trabalho adotada pelo Condutores, bem como para o fornecimento de dados sobre sua atuação, revelando uma das funções desse trabalho – criar um registro material sobre o histórico da proposta.

⁶⁸ A exemplo de um livro escrito, em 1980, por um antigo morador do Borel que retrata a mobilização de seus moradores contra ameaças de despejo que ocorrem desde os anos 1950. Por uma análise do livro em questão ver autor 2.

⁶⁹ Expressão comum da época para designar indivíduo que falsifica posse da propriedade da terra para especular ilegalmente ou remover assentamentos.

⁷⁰ Depoimento de Maria Marçal, vídeo Condutores de Memória.

⁷¹ Depoimento de Amélia Gouveia, vídeo Condutores de Memória.

⁷² Depoimento de Josias Pereira, vídeos Condutores de Memória.

⁷³ Trata-se da União dos Trabalhadores Favelados (UTF), entidade pioneira fundada em 1954, ao invés de 1952, por possuir um projeto de agregar diferentes associações de moradores de favelas do Rio de Janeiro, apesar de ter surgido no Borel. Para uma análise mais detalhada da entidade ver: TRINDADE, Nísia. **O movimento de favelados do Rio de Janeiro: políticas do Estado e lutas sociais**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, PPGSCP-IUPERJ, 1989, FISCHER, Brodwyn. **A poverty of rights: citizenship and inequality in twentieth century** Rio de Janeiro. California, Stanford, 2008, GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito**. Rio de Janeiro, PUC-Rio/Pallas, 2013.

⁷⁴ Organização missionária que atua no Brasil desde 1975. Para mais informações, ver <http://www.jocum.org.br>.

⁷⁵ ZALUAR, Alba. A globalização do crime e os limites da explicação local. In: VELHO, Gilberto et al. (orgs.). **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996. p. 55.

⁷⁶ Depoimento de jovem não identificada, vídeo Condutores de Memória.

⁷⁷ Depoimento de jovem não identificado, vídeo Condutores de Memória.

⁷⁸ CUNHA, op. cit. pp. 7-9.

⁷⁹ COUTINHO, op. cit. p. 24.

⁸⁰ CUNHA, op. cit. p. 48.

⁸¹ Tal menção demonstra outra função do vídeo do Condutores para além do registro documental, referente ao campo didático.

⁸² Podem ser mencionados contatos com a Rede Memória, do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), capacitações como a realizada junto ao grupo teatral Nós do Morro, no Vidigal, além da participação no seminário organizado pelo Iser em 2003, que contou com a participação de diversos projetos de memória de favelas, articulados com debates sobre suas iniciativas com diversos intelectuais (idem, p. 49-52). Tais iniciativas podem ser vistas como outra das características desses projetos, dentre os quais o próprio Condutores, no que diz respeito a sua institucionalização, ou seja, a seu desenvolvimento em parcerias com diferentes instituições, além da articulação em redes (GRYSNZPAN et al. op. cit.).

⁸³ Depoimento de Mariana Cavalcanti, 24/09/2009.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Depoimento de Ruth Barros, 15/01/2010. Com relação a essa visão, gostaria de atentar, mais uma vez, para os perigos de romantização excessiva do passado, comuns em discursos de memória.

⁸⁶ CUNHA, op. cit. p. 53.

⁸⁷ Acervo formado pela gravação de entrevistas e atividades realizadas nas oficinas de memória, documentação cedida por participantes dessas e outros objetos. Há uma dificuldade de sua consulta por sua localização dispersa, assim como o estado de deterioração de seus componentes.

⁸⁸ FREIRE-MEDEIROS, op. cit., 2006.

⁸⁹ Criado em agosto de 2005 pela administração municipal, tem por objetivo estabelecer ruas e casas dessa favela como um roteiro turístico, sendo que as obras do Favela-Bairro realizadas no local foram pensadas com essa intenção (idem).

⁹⁰ Criado em maio de 2006 a partir de uma articulação dos moradores com o governo federal, através do programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura. Localiza-se em um balcão cedido pela antiga Companhia Libra de Navegação. Sua origem está ligada a um projeto de coleta de depoimentos de moradores antigos, realizado pelo Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), que deu origem à Rede Maré, a partir da qual nasceu o Museu (ibidem). Para mais informações, ver <http://ceasm.tumblr.com/>.

⁹¹ É preciso mencionar o fato de que a atuação da prefeitura chegou a receber críticas de moradores pela ausência de diálogo com os mesmos, no que diz respeito a quais residências e localidades internas da Providência receberiam investimentos, dentre outros fatores (ibidem).

⁹² Programa de estímulo à difusão da atividade cultural e do fomento de parcerias com instituições diversas, inclusive não governamentais. Possui preocupação social, incluindo em seu público-alvo “adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social” e “comunidades indígenas, rurais e remanescentes de quilombos”. Também possui aspectos de valorização do patrimônio histórico. Para mais informações, ver <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/cultura-viva/objetivos-e-publico/>.

⁹³ Idem, p. 57.

⁹⁴ Isso não significa que não tenha havido parcerias com o poder público, como mostra a realização de atividades em escolas municipais (CUNHA, op. cit. p. 47).

⁹⁵ Organização holandesa de fins filantrópicos, surgida apenas como NOVIB em 1956. A partir de 1994, se une à Oxfam International, passando a adotar a denominação Oxfam Novib. Esse organismo foi responsável por parte considerável do financiamento de projetos da Agenda Social Rio, como o Condutores de Memória. Para mais informações, consultar <http://www.oxfamnovib.nl/en-home.html> e <http://www.oxfam.org/>.

⁹⁶ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 11ª edição.

Petrópolis, Vozes, 2005. p. 46.

⁹⁷ Depoimento de Nahyda Franca, 22/06/2009.

⁹⁸ Luiz Paulo Conde, prefeito que sucede César Maia exercendo mandato de 2003 a 2007.

⁹⁹ OXFAM NOVIB. **Plataforma Novib 2003**, mimeog., 2003.

¹⁰⁰ GRYSZPAN et al., op. cit. p. 74.

¹⁰¹ LEITE, op. cit., 2001.

¹⁰² BURGOS, op. cit., 2005.

¹⁰³ LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo, Ed. Centauro, 2001.

¹⁰⁴ HARVEY, David. The right to the city. **New Left Review**. London, n. 53, set./out. 2008, p. 1.